

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.509.827 - RJ (2019/0150258-0)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : PAULO ROGERIO LARES LONGUI
ADVOGADO : PAULO ROGÉRIO LARES LONGUI (EM CAUSA PRÓPRIA) - RJ137623
AGRAVADO : VIVIANE VIEIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : RICARDO SIQUEIRA MENDONÇA - RJ097367

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADOS SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 1º, 5º, III, DA CF. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VIA INADEQUADA. ART. 10, II, B, DO ADCT. NATUREZA JURÍDICA. TEXTO CONSTITUCIONAL. USURPAÇÃO. COMPETÊNCIA. STF. ART. 391-A DA CLT. FALTA DE PERTINÊNCIA COM A MATÉRIA SUSCITADA NO APELO ESPECIAL. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284 DO STF. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 35, § 2º, 36, 38, 41, DO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB. NÃO INCLUSÃO DESSA ESPÉCIE DE ATO NORMATIVO NO CONCEITO DE "LEI FEDERAL" DO ART. 105, III, DA CF. ART. 24 DO ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. SÚMULA Nº 282 DO STF. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. PREQUESTIONAMENTO FICTO PREVISTO NO ART. 1.025 DO NCPC. NECESSIDADE DE SE APONTAR VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO NCPC. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. BASE DE CÁLCULO. FALTA DE INDICAÇÃO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. DANOS MORAIS. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

VIVIANE VIEIRA DOS SANTOS (VIVIANE) propôs ação contra PAULO ROGÉRIO LARES LONGUI (PAULO), visando à cobrança da diferença de valores depositados judicialmente e que não lhe foram repassados por PAULO, seu procurador em ações trabalhistas propostas, bem como ao pagamento de indenização pelos danos morais sofridos.

O Juízo de primeira instância julgou parcialmente procedente o pedido,

Superior Tribunal de Justiça

para condenar PAULO ao pagamento das diferenças obtidas junto à ação trabalhista descrita na peça inicial, adotando-se as parcelas descritas na contestação da parte ré, com a alteração dos honorários para 20% dos mesmos, corrigidos desde a data em que foi feito o depósito e juros de mora de 1% ao mês da mesma data. PAULO foi condenado, ainda, ao pagamento da importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, com correção da sentença e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, sendo a correção feita na forma do provimento 03/93 da CGJ. Foi determinada a compensação das custas e dos honorários, na forma do art. 21 do CPC/73, aplicando-se à parte ré a condenação de 2/3 das custas e 2/3 dos honorários de 10% da condenação e o outro terço à parte autora, observada a regra do art. 12 da Lei nº 1.060/1950. O pedido contraposto foi julgado parcialmente procedente, para condenar a parte autora ao pagamento à parte ré da diferença dos honorários perquiridos, tomando-se por base os elementos da contestação, com a redução para o percentual de 20%, incidindo a correção e o juros de 1% ao mês, do mesmo prazo estipulado na ação principal. Também foi determinada a compensação das custas e dos honorários, na forma do art. 21 do CPC/73, com observância à regra do art. 12 da Lei nº 1.060/1950 (e-STJ, fls. 264/266).

Os embargos de declaração opostos por PAULO e VIVIANE foram rejeitados (e-STJ, fl. 289).

O Tribunal de origem deu parcial provimento aos recursos de apelação de PAULO e VIVIANE, por unanimidade, para declarar que PAULO faz jus, a título de honorários advocatícios, ao percentual de 30% das verbas recebidas por VIVIANE, até a sua reintegração ao emprego, excluindo-se os salários por ela recebidos, a partir de tal data, com a seguinte ementa:

APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE COBRANÇA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DEMANDA TRABALHISTA. CONTRATO VERBAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA PARCIAL. CONDENAÇÃO DO RÉU A PAGAR A AUTORA AS DIFERENÇAS OBTIDAS JUNTO À AÇÃO TRABALHISTA, ADOTANDO-SE COMO BASE DE CÁLCULO TODAS AS PARCELAS DESCRITAS NA CONTESTAÇÃO, COM A CORREÇÃO DO PERCENTUAL PARA 20%, ALÉM DO DANO MORAL ARBITRADO EM R\$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS). CONDENAÇÃO DA AUTORA A PAGAR AO RÉU A DIFERENÇA DOS HONORÁRIOS NO PERCENTUAL DE 20%. APELAÇÃO DE AMBAS AS PARTES.

A autora apela insurgindo-se contra a base de cálculo dos honorários advocatícios e pela majoração dos danos morais. O réu apela. Nos termos do art. 22, § 2º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, “Na falta de estipulação ou de acordo, os

Superior Tribunal de Justiça

honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB. 2. Ficou incontroverso que o réu patrocinou os interesses da ré em ação trabalhista. Ausência de contrato. A Autora alega que ficou acordado o percentual de 20% sobre o que ela viesse a ganhar, mas que o réu reteve 85% da verba indenizatória. 3. Por outro lado, o réu afirma que o percentual pactuado é de 30%, que deve incidir sobre todo o proveito econômico que a autora obteve com a reclamação trabalhista, incluindo os salários percebidos por ela em função da reintegração ao emprego. 4. Prova testemunhal que demonstra que o réu costuma pactuar o percentual de 30% com seus clientes. 5. A tabela de honorários da OAB prevê, para a advocacia trabalhista, o percentual de 20% sobre o valor do acordo ou condenação para o ajuizamento da reclamação. Esse valor sofrerá um acréscimo de 10% quando o advogado atuar, também, na fase de execução. 6. Sentença reformada para determinar que o réu fará jus ao percentual de 30% sobre o valor das verbas que a autora recebeu até a data de sua reintegração no emprego. 7. A pretensão do réu de que seus honorários incidam sobre os salários recebidos pela autora após a sua reintegração ao emprego é abusiva, pois o êxito da reclamação trabalhista é o ato da reintegração dela no emprego. 8. Dano moral configurado e arbitrado pelo juízo monocrático, observados os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade, não merecendo majoração.

RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS PARA DECLARAR QUE O RÉU FAZ JUS, A TÍTULO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, AO PERCENTUAL DE 30% DAS VERBAS RECEBIDAS PELA AUTORA ATÉ A SUA REINTEGRAÇÃO AO EMPREGO, EXCLUINDO-SE OS SALÁRIOS RECEBIDOS POR ELA A PARTIR DESSA DATA (e-STJ, fls. 380/382).

Os embargos de declaração opostos por PAULO foram rejeitados (e-STJ, fls. 420/425).

Irresignado, PAULO interpôs recurso especial (e-STJ, fls. 433/454), com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da Constituição Federal, alegando violação dos arts. 391-A da CLT, art. 10, II, *b*, do ADCT, 1º, III, 5º, da CF, 187 e 927 do CC, 35, § 2º, 36, 38 e 41, do Código de Ética da OAB, 22 e 24 do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, ao sustentar que **(1)** foi contratado de forma verbal e com a cláusula *quota litis*, de forma que, por sair VIVIANE vencedora, deve ser retirado o percentual contratado sobre todos os ganhos oriundos da ação de garantia da

Superior Tribunal de Justiça

estabilidade, havendo equívoco na alteração da base de cálculo dos honorários contratados, já que devem incidir sobre todas as verbas recebidas por VIVIANE, em decorrência do reconhecimento e da garantia à estabilidade gestante obtida. Portanto, desde a dispensa injusta até o 5º mês após o parto, tal como assegurado na legislação específica; (2) que agiu nos limites do contrato, ou seja, de acordo com os poderes que lhe foram outorgados, inexistindo danos morais a serem reparados. Afirmou que, no máximo, teria havido um mero inadimplemento contratual, não passível de indenização; e, (3) divergência jurisprudencial.

A Desembargadora Terceira Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro deferiu a gratuidade de justiça a PAULO, apenas para o presente recurso especial (e-STJ fl. 490).

As contrarrazões ao recurso especial foram apresentadas (e-STJ, fls. 494/497).

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro inadmitiu o apelo nobre diante da incidência das Súmulas nºs 284 e 287 do STF (e-STJ, fls. 500/505).

Nas razões do agravo em recurso especial, PAULO aduziu que não se aplicam, ao caso, as Súmulas nºs 282, 283, 284, 287 e 356 do STF, tampouco a Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 517/528).

A contraminuta ao agravo em recurso especial não foi apresentada (e-STJ, fl. 605).

Em atendimento ao art. 1.042, § 4º, do NCPC, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro manteve a decisão agravada (e-STJ, fl. 607).

É o relatório.

DECIDO.

De início, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto, ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/15 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

Anote-se da impossibilidade de análise, na estreita via do recurso especial, da alegada violação dos arts. 1º e 5º, III, da CF, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. PROGRAMA DE ARRENDAMENTO RESIDENCIAL. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. POSSIBILIDADE.

[...]

2. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça intervir em matéria de competência do STF, sob pena de violar a rígida distribuição de competência recursal disposta na Carta Magna.

3. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 723.323/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 22/9/2015, DJe 25/9/2015).

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Embargos de declaração opostos com o fito de rediscutir a causa já devidamente decidida. Nítido caráter infringente. Ausência de contradição, omissão ou obscuridade. Inexistência de qualquer hipótese inserta no art. 535 do CPC.

2. Não cabe a análise de afronta a matéria constitucional, ainda que com intuito de prequestionamento.

3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento, com aplicação de multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC.

(EDcl no AREsp 550.307/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Quarta Turma, j. 6/11/2014, DJe 11/11/2014)

No que se refere à suscitada ofensa ao art. 10, II, b, do ADCT, tem-se que o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ostenta natureza jurídica de texto constitucional, de forma que, de igual modo, não se pode conhecer da referida matéria em sede de recurso especial, sob pena de invasão da competência do STF.

A propósito, confira-se o seguinte julgado:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DO ART. 1.022. NÃO OCORRÊNCIA. VINCULAÇÃO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA DE RECURSOS PROVENIENTES DA RECEITA TRIBUTÁRIA LÍQUIDA DE ICMS A FUNDOS ESTADUAIS (FUNDOSOCIAL E SISTEMA SEITEC) E FADESC. MATÉRIA CONSTITUCIONAL.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

2. O Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, fê-lo à luz de dispositivo constitucional, mais precisamente com fulcro no art. 60 da ADCT, que dispõe sobre orçamento, repartição das receitas tributárias e assistência social. Todavia, não compete ao Superior Tribunal de Justiça examinar acórdão assentado em fundamentos de caráter eminentemente constitucional, sob pena de usurpação da competência do STF (art. 102, inciso III, da CF/1988).

3. Agravo Interno não provido.

(AgInt no REsp 1.721.224/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, j. 21/8/2018, DJe 16/11/2018 – sem destaque no original)

Cumpre consignar, ainda, que o art. 391-A da CLT não se mostra suficiente para amparar o pleito recursal de alteração da base de cálculo dos honorários advocatícios.

Com efeito, referido dispositivo legal dispõe que:

Art. 391 - Não constitui justo motivo para a rescisão do contrato de trabalho da mulher o fato de haver contraído matrimônio ou de encontrar-se em estado de gravidez.

Parágrafo único - Não serão permitidos em regulamentos de qualquer natureza contratos coletivos ou individuais de trabalho, restrições ao direito da mulher ao seu emprego, por motivo de casamento ou de gravidez.

Art. 391-A. A confirmação do estado de gravidez advindo no curso do contrato de trabalho, ainda que durante o prazo do aviso prévio trabalhado ou indenizado, garante à empregada gestante a estabilidade provisória prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Não sendo, portanto, o imperativo legal apontado apto a amparar a tese recursal, incide, à hipótese, por analogia, a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

Por seu turno, a suscitada ofensa aos arts. 35, § 2º, 36, 38 e 41, do Código de Ética e Disciplina da OAB não pode ser admitida, considerando que tal espécie de ato normativo não está abrangida no conceito de "tratado ou lei federal" inserido na alínea *a*, do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal (REsp 880.597/SP, 1ª T., Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, DJe 17/11/2008; AgRg no

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.040.345/RS, 1ª T., Min. LUIZ FUX, DJe 9/2/2010; AgRg no Ag 1.203.675/PE, 2ª T., Min. HUMBERTO MARTINS, DJe de 10/3/2010; e AgRg no REsp 948.928/MG, 2ª T., Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13/2/2009).

Quanto à apontada violação do tema inserido no art. 24 do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, tem-se que a matéria não foi objeto de debate pelo Tribunal Fluminense, tampouco foram opostos embargos de declaração, especificamente, a fim de que fosse suprida a exigência do prequestionamento.

Assim, inafastável, a incidência das Súmulas nºs 282 e 356, ambas do STF.

A propósito, vejam-se os julgados:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE SEGURO AUTOMOTIVO. NEGATIVA DE COBERTURA. 1. INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESTITUIÇÃO EM DOBRO DE PARCELA PAGA DO PRÊMIO. CONDENAÇÃO EM LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. 2. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. 3. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 727.129/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 22/9/2015, DJe 9/10/2015 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA NÃO PREQUESTIONADA. PLANO DE SAÚDE. LIMITAÇÃO DO TEMPO DE INTERNAÇÃO PSIQUIÁTRICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 302/STJ. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO.

1. A ausência de prequestionamento dos dispositivos legais tidos por violados impede o conhecimento do recurso especial quanto ao ponto (enunciados 282 e 356 da Súmula do STF).

[...].

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 741.927/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL

Superior Tribunal de Justiça

GALLOTTI, Quarta Turma, j. 17/9/2015, DJe 28/9/2015 - sem destaque no original)

Há que se ressaltar que, nos termos do art. 1.025 do NCPC, *consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade.*

De forma que, para que fosse admitido o prequestionamento ficto, PAULO deveria ter opostos embargos de declaração, no que tange à ofensa do art. art. 24 do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil, e indicado a violação ao art. 1.022 do NCPC, o que incorreu no presente caso.

A propósito, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ART. 1.021, § 3º, DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. APELAÇÃO INTEMPESTIVA. PRAZO SUSPENSO EM DIA QUE RECAIU NO CURSO DO LAPSO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PRORROGAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. Não tendo sido enfrentadas a questão ou a tese relacionada ao artigo apontado como violado pelo acórdão recorrido, fica obstado o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento, incidindo os óbices das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

2. De fato, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp n. 1.639.314/MG, Relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 4/4/2017, DJe 10/4/2017).

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.171.590/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 6/3/2018, DJe 13/3/2018 – sem destaques no original)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. DEVEDORA EM PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO. CABIMENTO. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DE QUANTIAS JÁ LEVANTADAS E DESCONSTITUIÇÃO DE PENHORA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS. INTERPRETAÇÃO CONFERIDA AO ART. 1.025 DO CPC/2015. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Esta Corte de Justiça, ao interpretar o art. 1.025 do Código de Processo Civil de 2015, concluiu que "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/04/2017, DJe de 10/04/2017), o que não se verifica na hipótese dos autos.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.120.645/GO, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Quarta Turma, j. 20/2/2018, DJe 27/2/2018 – sem destaque no original)

No mais, a irresignação não comporta acolhimento.

(1) Do contrato com a cláusula *quota litis* e da base de cálculo dos honorários contratados

O Tribunal Fluminense, soberano na análise do conteúdo fático-probatório, concluiu que a base de cálculo dos honorários advocatícios deve ser estimada sobre todas as verbas recebidas pela parte recorrida até a data da sua reintegração ao emprego, nos seguintes termos:

Cinge-se a controvérsia acerca do arbitramento de honorários advocatícios, em contrato verbal, sustentando a autora, ora primeira apelante, que estes foram pactuados em 20% sobre o êxito, enquanto o réu, ora segundo apelante, defende o percentual de 30%. Além disso, afirma o réu que esse percentual seria devido, inclusive, sobre todos os salários auferidos pela autora, após sua reintegração ao emprego. [...] Diante disso, cabe à parte autora provar os fatos constitutivos de seu direito e, ao réu, a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, na forma do art. 373, I e II, do CPC/15. In casu, ficou incontroverso nos autos que a autora contratou o réu,

advogado, para propor ação trabalhista, em razão de ter sido dispensada da empresa em que trabalhava quando estava grávida. Inexiste, no entanto, contrato escrito quanto ao patrocínio da causa réu. **Analisando-se a reclamação trabalhista acostada a estes autos, verifica-se que o réu patrocinou a autora desde o ajuizamento da ação até o final de sua execução, tendo sido julgada procedente em sua maior parte, com a reintegração da autora ao emprego, bem como o recebimento verbas trabalhistas devidas pelo período em que ficou afastada, fls. 29/39. Diante da inexistência de contrato de honorários, as partes divergem quanto ao percentual de honorários pactuado verbalmente, bem como sobre quais verbas eles devem incidir. Para tentar esclarecer a controvérsia, o juízo a quo determinou a produção de prova oral. As testemunhas ouvidas pelo juízo afirmaram que o réu costuma cobrar 30% de honorários nas ações trabalhistas, fls. 275/276. Apesar da autora afirmar que as testemunhas eram amigos íntimos do réu, nada comprovou nesse sentido. Não se pode perder de vista que os honorários devem ser fixados em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, não podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB (art. 22 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil) [...] Portanto, a prova testemunhal trouxe verossimilhança à alegação do réu, no sentido de que costuma pactuar com seus clientes o percentual de 30%, revelando-se razoável acreditar que tal conduta tenha sido repetida com a autora. Não se pode ignorar que a tabela de honorários da OAB/RJ prevê, para a advocacia trabalhista, o percentual de 20% sobre o valor do acordo ou condenação. Esse valor sofrerá um acréscimo de 10% quando o advogado atuar, também, na fase de execução. Assim, faz jus o réu ao percentual de 30% sobre o valor da condenação. Quanto à base de cálculo, assiste razão a parte autora. Isso porque as partes firmaram um contrato de êxito, ou seja, o advogado receberia 30% do valor da condenação, caso a autora saísse vencedora na demanda. No caso da reclamação trabalhista em análise, o êxito é o próprio ato de reintegração da autora ao emprego. Portanto, os honorários advocatícios devem ser calculados sobre todas as verbas recebidas pela autora até a data da sua reintegração ao emprego, mostrando-se abusivo que os honorários incidam sobre os salários recebidos por ela a partir desta data (e-STJ, fls. 385/388 – sem destaque no original).**

PAULO, por sua vez, no que se refere à modificação do critério e da base de cálculo dos honorários advocatícios não procedeu à indicação do dispositivo da legislação infraconstitucional que teria sido violado, não se valendo para tanto só o

apontado art. 22, § 2º, do Estatuto da Advocacia e da OAB.

Sobre o tema, a jurisprudência desta Corte é pacífica quanto à necessidade de indicação dos artigos violados, ainda que o apelo extremo seja aviado apenas com base no dissídio interpretativo.

Neste passo, ante a ausência da demonstração da ofensa à legislação federal pelo acórdão recorrido, incide à hipótese a Súmula nº 284/STF, por analogia.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CPC/1973. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS E ELEVAÇÃO DO PENSIONAMENTO MENSAL. REEXAME DE PROVA. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO PREJUDICADO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VULNERADOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO INTERNO DE DUCIVALDO CHAGAS COSTA DESPROVIDO.

[...]

4. A falta de indicação do dispositivo legal que teria sido eventualmente violado faz incidir à hipótese o teor da Súmula 284 do STF, por analogia. (É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia).

5. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

6. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 979.703/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 27/6/2017, DJe 3/8/2017 – sem destaques no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU DO AGRAVO PARA NEGAR SEGUIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. IRRESIGNAÇÃO DA RÉ.

[...]

3. O recurso especial possui fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo opera-se somente nos termos do que foi impugnado. Dessa forma, deve o causídico indicar expressamente os dispositivos legais tidos por vulnerados, realizando uma digressão lógica e analítica dos fundamentos pelos quais acredita que a legislação federal infraconstitucional restou malferida, sob pena de incidência do óbice contido na Súmula 284 do STF.

Superior Tribunal de Justiça

[...]

6. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 546.398/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, j. 12/5/2015, DJe 19/5/2015 - sem destaque no original).

Além disso, para se adotar conclusão diversa da que chegou o eg. Tribunal *a quo*, acerca da modificação do critério e base de cálculo para a fixação dos honorários advocatícios, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte, a qual não pode ser considerada terceira instância recursal.

(2) Dos danos morais

Quanto aos danos morais, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim se manifestou:

Observe-se, por fim, que a conduta do réu, ora segundo apelante, ao reter os valores levantados no curso da reclamação trabalhista e, ao seu alvedrio, compensá-los com os honorários dos quais entendia ser credor, traduz-se em nova violação ao seu dever de informação à autora, e gerou nela mais que um mero aborrecimento, configurando o dano moral. Ressalte-se, demais disso, que o art. 9º, do Código de Ética e Disciplina, da OAB estabelece expressamente: Art. 9º. A conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento. Quanto ao valor fixado para verba reparatória, motivo de irresignação da autora, entendo que o juízo monocrático bem observou os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, a fim de compensa-la de toda a angústia gerada em razão dos fatos expostos, não havendo razão para sua majoração (e-STJ, fl. 388).

Ora, para se elidir as conclusões do aresto impugnado, a fim de reconhecer a inexistência de ato ilícito, seria inevitável o revolvimento do arcabouço fático-probatório carreado aos autos, procedimento sabidamente inviável na instância especial, a teor do que dispõe a Súmula nº 7 desta Corte.

Superior Tribunal de Justiça

(3) Da divergência jurisprudencial

Quanto à divergência jurisprudencial, não houve indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, de onde se evidencia a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula nº 284 do STF, por analogia.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BANCÁRIO. FINANCIAMENTO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ADEQUAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. POSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 83 DO STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA AFASTADA POR FALTA DE PACTUAÇÃO EXPRESSA NO CONTRATO, CONFORME ATESTADO NA CORTE LOCAL. MORA NÃO CARACTERIZADA.

INSCRIÇÃO E MANUTENÇÃO NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO ARTIGO VIOLADO. SÚMULA Nº 284 DO STF, POR ANALOGIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR FIXADO POR EQUIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ.

[...]

5. Não tendo sido feita a indicação clara e precisa dos dispositivos de lei federal em torno dos quais haveria divergência jurisprudencial, evidencia-se a deficiência na fundamentação do recurso a atrair o óbice da Súmula 284 do STF.

[...]

7. Agravo não provido.

(AgRg no REsp 1.543.201/SC, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 6/10/2015, DJe 9/10/2015 – sem destaques no original)

PROCESSO CIVIL - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - REDIRECIONAMENTO DE EXECUÇÃO FISCAL - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO - AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL EM RELAÇÃO AO QUAL SE APONTA DIVERGÊNCIA - ANÁLISE DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DO REDIRECIONAMENTO - DESCABIMENTO - SÚMULA 7/STJ - NÃO IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO - SÚMULA 283/STF.

1. Inviável análise de recurso especial interposto pela alínea "c" do permissivo constitucional que não indica, com clareza e precisão, os dispositivos de lei federal em relação aos quais

Superior Tribunal de Justiça

haveria dissídio jurisprudencial. Incidência da Súmula 284/STF. [...].

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 244.890/PA, Rel. Ministra ELIANA CALMON, Segunda Turma, j. 5/11/2013, DJe 13/11/2013 - sem destaques no original).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ADMISSIBILIDADE. RECURSO FUNDADO NAS ALÍNEAS "A" E "C". INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL INTERPRETADO DIVERGENTEMENTE. AUSÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 284/STF. AÇÃO CONSIGNATÓRIA. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE.

1. Considera-se deficiente de fundamentação o recurso especial que não indica quais dispositivos legais teriam sido violados pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai a incidência, por analogia, da Súmula nº 284/STF.

2. O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado a questão sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal.

3. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há sequer a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional. Precedentes.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 297.571/GO, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. 16/5/2013, DJe 23/5/2013 - sem destaques no original).

Ressalte-se que, além de indicar o dispositivo legal e transcrever os julgados apontados como paradigmas, é necessário realizar o cotejo analítico, com a demonstração da identidade das situações fáticas e da interpretação diversa dada ao mesmo dispositivo legal.

Da análise do recurso interposto é possível verificar que PAULO não se desincumbiu desta tarefa, não tendo sido preenchidos os requisitos do art. 1.029, § 1º, do NCPC (541, *caput*, parágrafo único, do CPC/73) e 255, §§ 1º e 3º, do RISTJ, o que inviabiliza o exame do apontado dissídio.

A propósito, o seguinte julgado:

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO CONTRAPOSTO. AÇÃO PRINCIPAL IMPROCEDENTE E PEDIDO CONTRAPOSTO PROCEDENTE. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONTRA DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DA IMPUGNAÇÃO APRESENTADA. RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO QUE SÃO CABÍVEIS CONTRA QUALQUER DECISÃO JUDICIAL. SEGUNDO ACÓRDÃO PROFERIDO. VALIDADE. AUSÊNCIA DE NULIDADE. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS PROCESSUAIS E DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DOS VÍCIOS ELENCADOS NO ART. 535 DO CPC/73. DECISÃO SUFICIENTEMENTE MOTIVADA. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO INTERNA. DEFEITO NA INTIMAÇÃO. NÃO OBSERVÂNCIA DE PEDIDO EXPRESSO DE PUBLICAÇÃO EM NOME DE PATRONO ESPECÍFICO. NULIDADE RELATIVA. PRECEDENTES. PRECLUSÃO. IMPUGNAÇÃO REALIZADA NO PRIMEIRO MOMENTO MAS DE FORMA INTEMPESTIVA. **DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA NOS TERMOS DOS ARTS. 541, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC/73 E 255 DO RISTJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NELA NÃO PROVIDO.***

[...]

8. Não se conhece de recurso especial interposto pela divergência quando esta não esteja comprovada nos moldes dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ. Precedentes.

9. Recurso especial conhecido em parte e nela não provido.

(REsp 1.641.610/GO, de minha relatoria, Terceira Turma, j. 13/6/2017, DJe 21/6/2017 – sem destaques no original)

Ademais, a incidência da Súmula nº 7 do STJ impede o conhecimento do recurso lastreado, também, pela alínea *c* do permissivo constitucional, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática de cada caso.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC, c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **CONHEÇO** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, porquanto não fixados na origem.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

